



## **ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO ACESSO AO CRÉDITO RURAL PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

### ***ASSOCIATIVISM AND COOPERATIVISM IN ACCESSING CREDIT FOR ORGANIC FAMILY PRODUCTION***

**Ariel Luiz de Sales Gomes<sup>1</sup>, João Paulo Guimarães Soares<sup>2</sup>, Ana Maria Resende Junqueira<sup>3</sup>, Maria Julia Pantoja<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) da Universidade de Brasília (UnB), <sup>2</sup> Pesquisador Embrapa Cerrados/ PROPAGA-UnB., <sup>3</sup> Professora do PROPAGA-FAV/UnB, <sup>4</sup> Professora FAV/UnB.

<sup>1</sup>[arielgomes@bb.com.br](mailto:arielgomes@bb.com.br), <sup>2</sup>[jp.soares@embrapa.br](mailto:jp.soares@embrapa.br), <sup>3</sup>[anamaria@unb.br](mailto:anamaria@unb.br), <sup>4</sup>[jpantoja@unb.br](mailto:jpantoja@unb.br)

**Grupo de Trabalho (GT): GT04. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade.**

#### **Resumo**

O presente artigo busca analisar estratégias do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito rural dos agricultores familiares com produção orgânica. A produção orgânica se mostra promissora para os produtores familiares terem acesso ao crédito rural, uma vez que necessita de menores investimentos em insumos e maquinários e tem maior valor agregado dos produtos certificados. Contudo, os custos de conversão e do período de transição representam entraves financeiros a serem superados. Para tanto, foi realizada revisão sistemática junto à base Science Direct e pesquisa documental para identificar os trabalhos relacionados a essa temática. Os resultados apontam que estas ações coletivas podem colaborar sobremaneira na análise subjetiva para concessão de crédito por parte das instituições financeiras, também, possuem papel de destaque nas formulações de políticas públicas para o crédito rural, recursos públicos de fomento, e articulações com governo local, instituições financeiras, assistências técnicas, instituições de ensino e pesquisa.

**Palavras-chave:** Agricultura Orgânica; Agricultura Familiar; Cooperativismo; Associativismo; Crédito Rural.

#### **Abstract**

This article seeks to analyze associativism and cooperativism strategies in the access to rural credit of family farmers with organic production. Organic production is promising for family producers to have access to rural credit, since it requires lower investments in inputs and machinery and has a higher added value of certified products. However, the costs of conversion and the transition period represent financial obstacles to be overcome. To this end, a systematic review was carried out using the ScienceDirect database and documentary research was carried out to identify works related to this topic. The results indicate that these collective actions can greatly collaborate in the subjective analysis for credit granting by financial institutions, also, they have a prominent role in the formulation of public policies for



rural credit, public development resources, and articulations with local government, financial institutions, technical assistance, teaching and research institutions.

Keywords: Organic Agriculture; Family farming; Cooperativism; Associativism; Rural credit.

## 1 Introdução

O Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, se constituiu a base da política agrícola brasileira, tendo como objetivo principal promover a modernização tecnológica da agropecuária, incentivar a produção, expansão e modernização da agricultura (BRASIL, 1965).

Apenas em 1996 os produtores familiares passaram a contar com linhas de crédito diferenciadas e específicas, após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os agricultores familiares representam cerca de 85% do total dos estabelecimentos rurais do país, envolverem um universo de 13,8 milhões de pessoas (IBGE, 2017) e são responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos consumidos pela população brasileira.

A agricultura orgânica, desde seu surgimento, tem representado importante alternativa de produção para a agricultura familiar, devido aos agricultores familiares já utilizarem de insumos próprios, adotarem a policultura, a possibilidade de produção em pequenas propriedades e o uso intenso de força física na produção, e, especialmente, o maior valor agregado dos produtos certificados.

O mercado de orgânicos está em evidente crescimento no Brasil e no mundo, segundo a IFOAM (2021) no Brasil são 24.780 produtores orgânicos atuando em uma área de 1.283.054 ha, que representa 0,5% da área total da agricultura brasileira, fruto do crescimento de 350.934 ha e 37,6% da área nos últimos 10 anos. Visando incentivar este sistema de produção, que colabora não só para a saúde dos consumidores, mas também para a saúde dos produtores e trabalhadores rurais e o meio ambiente, foram criadas as linhas de crédito do chamado PRONAF Verde, que começaram a operar em 2003.

Essas modalidades especiais de financiamento (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO) buscam melhorar o uso dos recursos naturais no meio rural, estimulando a adoção de práticas conservacionistas e alternativas tecnológicas menos agressivas ao meio ambiente, visando acelerar o processo de transição das agriculturas convencional, tradicional e/ou moderna para a sustentável, com assistência técnica vinculada aos empréstimos as iniciativas que vêm sendo realizadas no âmbito das unidades familiares de produção (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

Porém, a criação das chamadas linhas Verde não foi suficiente para alavancar a contratação de projetos de crédito do Pronaf para financiar sistemas de produção agroecológicos. A linha Pronaf Agroecologia, por exemplo, foi muito pouco acessada (SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, 2018). Buscando explicar a baixa demanda e o desempenho insignificante do PRONAF Verde, Gazolla e Schneider (2013) destacam: a falta de conhecimento dos agricultores e divulgação sobre as linhas, a falta de assistência técnica adequada para elaborar os projetos de base ecológica, os custos elevados do processo de certificação orgânica por auditoria exigidos e as dificuldades burocráticas de acesso ao crédito junto aos bancos.

Os entraves relacionados ao acesso crédito, passavam pela formatação inadequada das planilhas de apresentação dos projetos, falta da definição de metas de aplicação, carência de



peçoal, desconhecimento das linhas de crédito verde por parte dos funcionários e/ou sua resistência em financiar projetos agroambientais que não eram prioritários nas agências (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2020).

Neste Cenário, o associativismo e o cooperativismo podem representar ferramentas importantes de inclusão bancária e acesso ao crédito, considerando especialmente o processo de análise de crédito das instituições financeiras, notadamente em seus aspectos subjetivos relacionados aos chamados “Cs do crédito” (Capacidade, Caráter, Capital, Condição e Colateral). Acrescentando-se a isso, a importância social dos agricultores familiares e as perspectivas promissoras que a agricultura orgânica, em primeiro lugar na melhoria da renda e saúde dos produtores, e, em segundo lugar, no potencial de ganhos econômicos, da saúde da população e de imagem para o agronegócio brasileiro.

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito bancário por parte dos agricultores familiares orgânicos, não abrangendo a concessão de crédito pelas próprias cooperativas, sejam em operações de repasse, CPRs financeiras, fornecimento de insumos e outros.

## 2 Referencial Teórico

A definição de Agricultura Familiar foi estabelecida conforme o artigo 3 da Lei nº11.326 (BRASIL, 2006):

Art. 3. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1 O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2 São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo Souza, Fornazier e Del grossi (2020) apud Abramovay (2010) a agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento.



Os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, situada em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os meios de produção (SCHNEIDER, 2016).

A agricultura familiar também é referência em relação à empregabilidade no campo, geração de renda, abastecimento do mercado interno, à preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil estão classificados dentro do segmento da Agricultura Familiar, empregando mais de 10 milhões de indivíduos, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas no campo (IBGE, 2017).

Segundo o relatório The State of Food and Agriculture (SOFA), de 2014, existem no mundo aproximadamente 500 milhões de agricultores familiares que produzem 80% dos alimentos do mundo, revelando um papel de destaque na promoção da diversidade produtiva e garantia de segurança alimentar (Graeub *et al.*, 2016 apud FAO, 2014).

Segundo Wilkinson (2010), a agricultura familiar, mesmo com o avanço dos agronegócios, mantém uma participação relevante nos mercados de exportação e é preponderante em alguns produtos chaves para o mercado doméstico, destacando a importância de reforçar a agricultura familiar para enfrentar os múltiplos desafios dos mercados domésticos e globais.

Agricultura orgânica se encaixa nesse contexto, uma vez que nos últimos anos o Brasil tem se destacado como um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, recebendo em 2010 o título de campeão mundial no uso de agroquímicos. Tal patamar, reforça a importância de se buscar maior sustentabilidade na produção agrícola, bem como a promoção de sistemas de produção de alimentos mais saudáveis como os orgânicos o que abre oportunidades importantes nos mercados de exportação devido a certificação e grande demanda por produtos de qualidade e segurança alimentar reconhecidos.

Visando identificar efeitos do uso em grande escala de agrotóxicos em nossa agricultura, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) desenvolve o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos (PARA), o qual é realizado anualmente em todos os estados brasileiros. Estas análises estão encontrando altos índices de alimentos com resíduos de agrotóxicos em todo o país, chegando à média, segundo a ANVISA, de 30 % das amostras de alimentos analisados apresentaram quantidade superior de agrotóxicos do que o permitido pela OMS.

Tal cenário faz com que pessoas melhor informadas procurem cada vez mais alimentos saudáveis, especialmente orgânicos. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis agrotóxicos e transgênicos.

No Brasil, a Lei de Certificação de Produtos Orgânicos (Lei 10.831 de 23/12/2003), regulamentada em 2011, prevê três modalidades de certificação, a certificação por Auditoria, a certificação por Controle Social de Venda Direta e o Sistema Participativo de Garantia (SPG), quando anteriormente havia somente uma, a Certificação por Auditoria.

Segundo Fornazier e Vieira Filho (2013), as políticas públicas, principalmente o crédito, permitiram que muitos produtores tivessem a oportunidade de utilizar recursos. A mudança na base técnica aumenta a necessidade de inversão na agricultura e, assim, o crédito passa a ser essencial para o acesso às tecnologias mais modernas incluindo a Agricultura Familiar com produção Orgânica, porém, nem todos tiveram acesso a estes recursos.





Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – através do Decreto N°1946, que destinava crédito e amparava os produtores familiares. De acordo com Mattei (2005, p14) o PRONAF possuía quatro diretrizes:

- a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- b) financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento de pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Delgado (2012) salienta que o PRONAF é de fato um programa voltado para a agricultura familiar, pois seus recursos para custeio canalizam-se principalmente para os cultivos alimentares.

Segundo o Banco Mundial (2008) as restrições financeiras continuam muito disseminadas na agricultura, são dispendiosas e distribuídas de forma desigual, limitando a capacidade de competir dos pequenos proprietários, elas decorrem da falta de garantias e da relutância em colocar os ativos em risco como garantia quando eles são vitais para a subsistência.

Visando incentivar o sistema de produção orgânico, que colabora não só para a saúde dos consumidores, mas também para a saúde dos produtores e trabalhadores rurais e o meio ambiente, foram criadas as linhas de crédito do chamado PRONAF Verde, que começaram a operar em 2003.

Essas modalidades especiais de financiamento (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO) buscam melhorar o uso dos recursos naturais no meio rural, estimulando a adoção de práticas conservacionistas e alternativas tecnológicas menos agressivas ao meio ambiente, visando acelerar o processo de transição das agriculturas convencional, tradicional e/ou moderna para a sustentável, com assistência técnica vinculada aos empréstimos as iniciativas que vêm sendo realizadas no âmbito das unidades familiares de produção (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

O PRONAF atualmente possui 15 tipos de linhas de crédito, segundo o Plano Safra 2020/2021 (MAPA, 2021), apresentadas no Quadro 1; que se dividem em linhas de custeio rural, investimento rural e comercialização.

Segundo o manual do crédito rural (BACEN, 2022) o custeio rural classifica-se como agrícola e pecuário e se destina ao atendimento das despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, bem como as despesas da exploração pecuária.

Quanto ao crédito de investimento rural, trata-se de financiamento com predominância de verbas para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio, como exemplo temos o financiamento para aquisição de animais, construção de benfeitorias e aquisição de máquinas e implementos.

O crédito de comercialização tem o objetivo de viabilizar ao produtor rural ou às suas cooperativas agropecuárias os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado.



**Quadro 1 – Resumo das linhas de crédito do PRONAF**

Grupos / Linhas	Público	Alvo Finalidade
Pronaf Grupo A	Agricultores(as) assentados (as) pelo PNRA, beneficiários do PCRFR ou beneficiários do PNCF.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.
Pronaf Grupo A/C	Agricultores(as) assentados (as) pelo (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção
Pronaf Grupo B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00, pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias. Custeio pecuário Custeio de atividades não agropecuárias.
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V, que exploram atividades agropecuárias ou não. Obs: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B.	Admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, desde que observado o limite individual.
Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares em quadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V e suas cooperativas, associações e Empreendimentos familiares rurais	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V que atendam as condições previstas no MCR 10-10.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor.
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores(as) familiares, produtores rurais, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, enquadrados(as) no Grupo V, que desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural.
Pronaf Bioeconomia	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Finalidades: 1- Implantar, utilizar e/ou recuperar: - Pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis; - Sistemas produtivos de exploração extrativista e de produtos da sóciobiodiversidade ecologicamente sustentável; 2- investimento para implantação das culturas do dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o sexto ano.
Pronaf Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em sistemas de produção Agroecológicos ou orgânicos.
Pronaf Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada
Pronaf Industrialização para Agroindústria Familiar	Agricultores familiares em quadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais	Financiamento custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Semiárido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento destinado à convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.
Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A	Agricultores(as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R\$ 23.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A.	Investimento para atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços Agropecuário.
Pronaf Produtivo Orientado	Agricultores familiares em quadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada; sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, dentre outras finalidades.
Pronaf Custeio	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos B e Grupo V, voltados para as atividades agropecuárias ou não, inclusive por pescadores artesanais, dentre outros.	Custeio de atividades agrícolas e pecuárias, inclusive aquisição de animais para recria e engorda

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Além do aumento dos créditos para agricultura familiar, existe a necessidade de melhorar o processo de assistência técnica ao agricultor. Medina (2012) afirma:

Nesse processo, cabe destacar também o papel do assessoramento técnico, que pode ser resumido como um ciclo de ações que se inicia com o conhecimento da realidade em que o(a) agricultor(a) está inserido(a) – a dinâmica do cotidiano, da produção e seus determinantes – e se desenvolve por meio de um diálogo no qual se constroem novos significados. Sem perder de vista que a vida no meio rural está inserida num contexto global que pauta a conduta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (...).

Importante destacar que dos 10 itens destacados por Campanhola e Valarini (2001) como dificuldades enfrentadas pelo agricultores familiares orgânicos, o acesso ao crédito rural tem o potencial de resolver ao menos 4 deles, como o custo de adaptação de infraestrutura na conversão, dificuldades de manutenção durante o período de transição, custos de certificação e assistência técnica, outros 5 poderiam ser sanados ou amenizados pela associação e cooperação, como a pequena escala de produção, a baixa capacitação gerencial, o acesso às informações, assistência técnica, processamento dos produtos e também os custos de certificação.

Segundo Belik (1998), a modernização da agricultura e o desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil podem ser vistas como um processo de dupla mão envolvendo o Estado e os grupos de interesses organizados. No Brasil, parte dos agricultores tem sido excluídos por não conseguirem responder às crescentes necessidades de aumento da produção agrícola, devido ao modelo de agricultura predominante, pautado nos pressupostos da Revolução Verde, principalmente os que produzem de forma individual (SILVEIRA *et al.*, 1999). Buscando alternativas para enfrentamento desse processo de exclusão, diversos agricultores e trabalhadores rurais têm-se organizado, por meio do trabalho coletivo, com o objetivo de enfrentar as exigências deste modelo agrícola ou têm lutado por mudanças (SILVEIRA *et al.*, 1999).

Especialmente a partir da década de 1990, as associações de agricultores vêm conquistando espaço na esfera governamental brasileira, embora se admita que as formas de organização coletiva no meio rural brasileiro já existam desde o período colonial (SILVEIRA *et al.*, 1999).

Inclusive, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004 (Pnater), que propõe-se a apoiar as iniciativas voltadas para a comercialização dos produtos procedentes da agricultura familiar e sua inserção nos mercados, tendo como ponto central em suas ações a metodologia participativa e o estímulo às atividades de base agroecológica, evidenciado em um dos objetivos da Pnater: "Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável" (BRASIL, 2010).

Para Silveira *et al.* (1999) os grupos procuram tomar iniciativas de cooperação na tentativa de superar a marginalidade em diversas esferas (técnica, econômica, política, social etc.), apresentando as seguintes finalidades: "Transformar, através da união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, sobretudo nas esferas de comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente, da prestação de serviços etc. [...] Enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionados à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e os que se referem à busca de formas de cooperação que se constituam em formas de alternativas minimizadoras do processo de exclusão" (SILVEIRA *et al.*, 1999).



Para Silveira *et al.* (1999), tais associações possibilitam aos pequenos agricultores o alcance de uma escala de produção mais compatível com os padrões econômicos e técnicos exigidos pelo sistema capitalista. Segundo o Banco Mundial (2008), a ação coletiva das organizações de produtores pode reduzir os custos das transações nos mercados, ter maior representação nos fóruns de políticas nacionais e internacionais e conseguir algum peso no mercado, sendo essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade.

A análise de crédito subjetiva realizada pelas instituições financeiras guia-se pelos 5 Cs do crédito, sendo i) Caráter - determinação do cliente em honrar os compromissos assumidos; ii) Capacidade - competência profissional e empresarial do proponente; iii) Capital - diz respeito a fontes e usos de recursos revelando a situação econômica e financeira do proponente; iv) Condições - relacionado com o impacto que a situação econômica do país e outros fatores externos e macroeconômicos do ambiente assumidas; Colateral - capacidade acessória do proponente em oferecer garantias adicionais à operação.

Os bancos são instituições voltadas ao lucro e expansão, altamente competitivas que exploram as possibilidades de realizar lucro que cada situação econômica permite. A análise de risco de crédito dos produtores familiares em instituições financeiras é determinada por procedimentos de análise subjetiva e análise objetiva.

De acordo com Santos (2006, p.46) apud Ferreira *et al.* (2011), a análise subjetiva, ou caso a caso, é baseada na experiência adquirida dos analistas de crédito, no conhecimento técnico, no bom-senso e na disponibilidade de informações que lhes possibilitem realizar diagnóstico se o cliente reúne condições para honrar pontualmente o pagamento das parcelas dos financiamentos.

Segundo Wenner *et al.* (2007), diversos aspectos devem ser investigados, como a capacidade de gerir recursos financeiros, de liquidar pagamentos, a integridade, moral, e a quantidade e qualidade das garantias. Neste ponto cita-se a nomenclatura dos “Cs do crédito” (capital, condições de pagamento, caráter do devedor, capacidade de pagamento e colateral), utilizada por diversos autores como importantes identificadores do risco de crédito de cada cliente.

### **3 Procedimento metodológico**

Para atingir o objetivo proposto neste estudo que é analisar o papel do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito dos produtores familiares orgânicos, utilizou-se o procedimento metodológico de revisão sistemática da literatura (RSL).

De acordo com Cordeiro *et al.* (2007), a RSL é um tipo de investigação científica que tem por objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários. Nesta pesquisa, utilizou-se o protocolo de RSL denominado Methodi Ordinatio (M.O.) que é um protocolo multicritério de tomada de decisão na seleção de artigos científicos para a composição de um portfólio bibliográfico (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015).

O protocolo utiliza três fatores mais relevantes a serem considerados na escolha de um trabalho: (a) número de citações, que demonstra o reconhecimento da comunidade científica em relação a determinada pesquisa; (b) fator de impacto (métrica), que revela a importância do periódico onde o artigo foi publicado; e, (c) o ano de publicação, que revela a atualidade do artigo. De acordo com Pagani, Kovaleski e Resende (2015), o protocolo M.O. é composto por nove etapas que serão descritas a seguir. Nas etapas são detalhados os termos, bases consultadas e procedimentos utilizados na pesquisa:

Etapas 1 - Estabelecimento da intenção de pesquisa: verificar o estado da arte sobre as pesquisas que relacionam os conceitos e fundamentos teóricos sobre os temas:





“Cooperativismo/Associativismo” e “Crédito Rural”, notadamente quanto a adequação deste sistema aos agricultores familiares orgânicos.

Etapa 2 - Pesquisa preliminar exploratória nas bases de dados bibliográficos: foram testadas em diferentes bases de dados combinações com as palavras-chave: ("Agricultural Cooperative" OR "Collective Organisations" OR "Collective Actions") AND "Agricultural Credit.

Etapa 3 - Definição das palavras-chave e bases de dados: Dentre as bases testadas, as selecionadas para esta pesquisa foi a Science Direct, por apresentar maior abrangência nos resultados com as palavras-chave utilizadas e por se tratar de uma revisão que busca estudos nacionais e internacionais, a referida base também foi escolhida por apresentar resultados nos idiomas português e inglês. Foram buscados artigos com a seguinte combinação: ("Agricultural Cooperative" OR "Collective Organisations" OR "Collective Actions") AND "Agricultural Credit. Optou-se pela realização da busca por artigos publicados no período de 01/01/2015 a 10/05/2021. Após o estabelecimento das palavras-chave e delimitação temporal, foram feitos testes finais de busca nas bases para assegurar a consistência e qualidade das buscas.

Etapa 4 - Busca definitiva nas bases de dados: utilizando as combinações testadas na etapa 3ª. Obteve-se o total de 40 artigos. No momento da busca optou-se apenas por artigos de periódicos revisados por pares (conforme proposto pelo protocolo M.O), excluindo da busca teses, dissertações, anais de eventos, capítulos de livros, revisões, entre outros.

Etapa 5 - Procedimento de filtragem: nesta etapa foram eliminados artigos cujos título ou abstract não estivessem relacionados ao tema pesquisado ou não tivesse como foco principal os temas “Cooperativismo/Associativismo” e “Crédito Rural” ou que abordassem somente um dos dois temas sem fazer nenhum tipo de conexão entre as duas temáticas, além de artigos que após a leitura da introdução e da conclusão não apresentaram relevância ou aderência suficiente para compor o portfólio bibliográfico, de acordo com o tema proposto, bem como aqueles que tratam exclusivamente de benefícios ambientais da adoção da AO (exclusão total de 23 textos). Esta filtragem resultou em um total de 17 artigos para compor o portfólio desta pesquisa.

Etapa 6 - Identificação do fator de impacto, do ano e número de citações: Decidiu-se utilizar todos os artigos na presente revisão, assim, esta etapa não foi necessária.

Etapa 7 - Ordenação dos artigos por meio do In Ordinatío: Decidiu-se utilizar todos os artigos na presente revisão, assim, esta etapa não foi necessária.

Etapa 8- Localização dos artigos em formato integral: Todos os artigos selecionados foram localizados em formato integral.

Etapa 9 - Leitura e análise sistemática dos artigos: a leitura sistêmica foi realizada com os 18 artigos encontrados.

## 4 Resultados e Discussões

### 4.1 Estado da Arte Sobre Cooperativismo/Associativismo e Crédito Rural

A seguir serão apresentados os resultados obtidos por meio da leitura sistemática dos artigos selecionados para esta revisão. O Quadro 2 identifica os artigos, autores, periódicos e ano de publicação.

Quadro 2 – Estado da arte da pesquisa sobre Cooperativismo/Associativismo e Crédito Rural.

Título do Artigo	Autores	Periódico	Ano
Organisational attributes of cooperatives and farmer companies.	Sanjaya Fernando, et al	Journal of Co-operative Organization and Management	2021



Pathways for building resilience to COVID-19 pandemic and revitalizing the Nepalese agriculture sector,	Dinesh Babu Thapa Magar, et al	Agricultural Systems	2021
Poverty finance and the durable contradictions of colonial capitalism: Placing 'financial inclusion' in the long run in Ghana,	Nick Bernards,	Geoforum,	2021
The contribution of cooperative irrigation scheme to poverty reduction in Tanzania,	Chuan-hong ZHANG, Wandella Amos BENJAMIN, Miao WANG,	Journal of Integrative Agriculture,	2021
Prospects and constraints in smallholder farmers' adoption of multiple soil carbon enhancing practices in Western Kenya,	George Magambo Kanyenji, et al.	Heliyon,	2020
Targeted monetary policy and agriculture business loans,	Chaoying Lin, Lerong He.	The North American Journal of Economics and Finance,	2020
Farmers using insurance and cooperatives to manage agricultural risks: A case study of the swine industry in China,	Yan-yuan ZHANG, Guang-wei JU, Jin-tao ZHAN,	Journal of Integrative Agriculture,	2019
Synergistic impacts of agricultural credit and extension on adoption of climate-smart agricultural technologies in southern Africa,	Clifton Makate, et al	Environmental Development,	2019
The appearance of community logics in management accounting and control: Evidence from an Egyptian sugar beet village,	Ahmed A. Diab.	Critical Perspectives on Accounting,	2019
Digital platforms for smallholder credit access: The mediation of trust for cooperation in maize value chain financing,	Christopher Agyekumhene, et al	NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences,	2018
Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in Portugal,	Vítor Figueiredo, Mário Franco,	Journal of Cleaner Production,	2018
Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: Empirical evidence about their impact on society,	Vítor Figueiredo, Mário Franco,	Land Use Policy,	2018
Resource basis, ecosystem and growth of grain family farm in China: Based on rough set theory and hierarchical linear model,	Yang Gao, et al	Agricultural Systems,	2017
Contrasting innovation networks in smallholder agricultural producer cooperatives: Insights from the Niayes Region of Senegal,	Graeme Reed, Gordon M. Hickey,	Journal of Co-operative Organization and Management,	2016
Sustainable intensification of agricultural systems in the Central African Highlands: The need for institutional innovation,	Marc Schut, et al	Agricultural Systems	2016
The State of Family Farms in the World,	Benjamin E. Graeub, et al	World Development,	2016

The organization of urban agriculture: Farmer associations and urbanization in Tanzania,	Stephan Schmidt, Wakuru Magigi, Boniphace Godfrey,	Cities,	2015
--	--	---------	------

Fonte: Elaborado pelos Autores (2021).

Gráfico 1 – Média de publicações por ano.



Fonte: Elaborado pelos Autores (2021)

O Quadro 3 apresenta em quais periódicos os artigos foram publicados. Percebe-se que o escopo de pesquisa se refere à: sociologia rural, políticas públicas, economia, sustentabilidade e administração.

Quadro 3 – Quantidade de publicações por periódico.

Periódico	Qtd
Agricultural Systems	3
Journal of Co-operative Organization and Management,	3
Journal of Integrative Agriculture	2
Cities	1
Critical Perspectives on Accounting	1
Environmental Development	1
Geoforum	1
Heliyon	1
Journal of Cleaner Production	1
Land Use Policy	1
NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences	1
The North American Journal of Economics and Finance	1
World Development	1

Fonte: Elaborado pelos Autores (2021)

Para melhor visualização acerca do que é proposto como objetivo deste artigo, fez-se necessário classificar os artigos ora encontrados quanto as dimensões de análise que será realizada, ou seja, o enquadramento de cada artigo em um respectivo “C do crédito”. O Quadro 4 apresenta os artigos e os respectivos “Cs do crédito” que foram abordados nos estudos analisados. Cada um destes tópicos será abordado de forma sucinta visando descrever as principais discussões desta revisão sistemática.

Quadro 4 Dimensões de análise

Dimensões de Análise	Autores
“C” de Caráter	(AGYEKUMHENE <i>et al.</i> , 2018);(Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: Empirical evidence about their impact on societyFIGUEIREDO; FRANCO, 2018)
“C” de Capacidade	(REED; HICKEY, 2016); (BERNARDS, 2021); (KANYENJI <i>et al.</i> , 2020); (GAO <i>et al.</i> , 2017); (SCHUT <i>et al.</i> , 2016); (DIAB, 2019); (ZHANG; BENJAMIN; WANG, 2021)
“C” de Capital	(Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in PortugalFIGUEIREDO; FRANCO, 2018); (MAKATE <i>et al.</i> , 2019)
“C” de Condições	(FERNANDO <i>et al.</i> , 2021); (THAPA MAGAR <i>et al.</i> , 2021); (SCHMIDT; MAGIGI; GODFREY, 2015); (GRAEUB <i>et al.</i> , 2016)
“C” de Colateral	(ZHANG; JU; ZHAN, 2019); (LIN; HE, 2020)

Fonte: Elaborado pelos Autores (2021).

#### 4.1 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Caráter)

Segundo Ferreira *et al* (2011) apud Santos (2000, p.44-7) e ) e Silva (1993, p.130-78) , sob a ótica creditícia, pode-se dizer que caráter é a determinação do cliente em honrar os compromissos assumidos. Está ligado à honestidade e reflete-se no esforço para cumprir uma obrigação. Por isso é elemento fundamental na decisão sobre a concessão do crédito.

Para formação do conceito sobre a idoneidade, deve-se considerar o histórico de relações anteriores com a organização, informações de terceiros (fornecedores, comercio local, bancos, etc...), hábitos, cultura, associações, modo de vida, e tudo que possa indicar a vontade do cliente em cumprir obrigações anteriormente acordadas.

Dado a proximidade com seus associados e cooperados, as associações e cooperativas podem colaborar nesta análise em dois aspectos, o primeiro é como fonte de informações sobre seus membros, considerando que a eventual inadimplência de alguns pode prejudicar a imagem de todos os cooperados, e segundo, como fomentadoras da cultura de pontualidade e honradez quanto aos compromissos assumidos.

#### 4.2 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Capacidade)

Ainda segundo Ferreira *et al.* (2011) apud Santos (2000, p.44-7) e ) e Silva (1993, p.130-78) a capacidade pode ser qualificada como competência profissional e empresarial do proponente. Devem ser observados os aspectos relativos ao desempenho tecnológico, mercadológico e administrativo.

O Analista deverá analisar com critério todas as informações disponíveis, uma vez que, poderá ser fundamental para sua análise. São exemplos preponderantes, os tipos de administração, conhecimento técnico sobre o negócio ou se obtiveram sucesso em atividades anteriores, instalações e equipamentos disponíveis, grau de utilização da capacidade instalada, sistema de controle gerencial.

Neste cenário as associações e cooperativas possuem condições ímpares de atuar no treinamento, capacitação e disseminação de informações, técnicas e gerenciais, também, fornecendo assistência técnica gratuita e especializada a seus associados/cooperados, colaborando assim com uma análise positiva dos tomadores.





#### **4.3 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Capital)**

Qualquer atividade produtiva requer o emprego de recursos para sua gestão, que podem ser próprios ou de terceiros. Capital diz respeito a fontes e usos desses recursos revelando a situação econômica e financeira do proponente, e, sendo assim, deve ser coerente com a atividade desenvolvida e pretensões formuladas (FERREIRA *et al.*, 2011 apud SANTOS, 2000, p.44-7 e SILVA 1993, p.130-78).

A análise de capital em um dado momento e sua evolução histórica permite avaliar a segurança na concessão de crédito. No caso dos agricultores familiares de forma geral, envolverá interpretações dos demonstrativos financeiros, nos aspectos de liquidez, lucratividade, estrutura, endividamento, rotação, geração de recursos e capital de giro, dentre outros.

Neste sentido, as associações e cooperativas podem colaborar em dois aspectos, o primeiro como fonte de informações, uma vez que reúnem dados como o volume e valores comercializados por associado/cooperado, e, em segundo, colaborando com a comercialização da produção, trazendo segurança, acesso a mercados antes inalcançáveis e melhores preços, o que colabora positivamente na análise de crédito.

#### **4.4 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Condições)**

Condições, está relacionado com o impacto que a situação econômica do país e outros fatores externos e macroeconômicos do ambiente, ou do setor de atividade reflete no produtor, interferindo nas suas atividades e nas características de suas proposições de crédito, de modo que venha a afetar sua habilidade de funcionamento, e cumprimentos com as obrigações assumidas (FERREIRA *et al.*, 2011 apud SANTOS, 2000, p.44-7 e SILVA 1993, p.130-78). O Analista de Crédito, deverá dispensar atenção especial às alterações que diariamente ocorrem nos diversos segmentos, identificando oportunidades e ameaças nos negócios. Existem fontes de informação, relevantes como jornais e revistas de economia, Panorama Setorial, publicações especializadas até por atividades e programas de televisão que tratam do setor ou da economia.

As associações e cooperativas agrícolas de agricultores familiares orgânicos contribuem nesta análise, uma vez que normalmente comercializam boa parcela de sua produção em programas governamentais (PAA e PNAE) e outra parcela em mercados orgânicos, o que representa certa resiliência quanto as condições micro e macroeconômicas.

#### **4.5 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Colateral)**

Caracterizada pela capacidade acessória da proponente em oferecer garantias adicionais à operação, “colateral” ou garantia torna-se um fator de complemento e acessório da análise de crédito. Assim, não deve ser considerada como aspecto determinante de decisão, ou seja, seu objetivo é apenas oferecer maior segurança às operações, para que em casos de insolvência por parte do devedor, haja cobertura dos valores envolvidos.

Deve ser analisada após a avaliação dos demais “Cs”, para que não seja objeto de influência na decisão do crédito, pois jamais deve-se realizar uma operação baseada na garantia como forma de retorno de capitais. O interesse comercial deve ter por norma receber os capitais provenientes da operação nos prazos e dentro das condições pactuadas em moeda corrente, baseado na capacidade da empresa/devedor de gerar recursos através da sua atividade.



Além de colaborar sobremaneira nos demais “Cs”, possibilitando em alguns casos acordos informais de redução de exigências de garantias por parte dos agentes financeiros, o associativismo e cooperativismo podem colaborar na coordenação dos proponentes no sentido de possibilitar garantias fidejussórias entre eles, também, na possibilidade de firmar convênios de integração rural entre os cooperados, a cooperativa e os agentes financeiros, visando a flexibilização das garantias.

#### **4.6 Colaborações do Associativismo e do Cooperativismo na formulação de políticas públicas, relacionamento com intervenientes, arranjos locais, e suporte técnico/gerencial.**

Conforme explicitado por Silveira *et al.* (1999), as iniciativas de cooperação surgem na tentativa de superar a marginalidade em diversas esferas (técnica, econômica, política, social, etc...). No contexto do campo, o impacto das políticas públicas, do acesso ao crédito e da assessoria técnica são extremamente relevantes, tornando a ação coletiva primordial.

Neste contexto, diversos são os exemplos em que as associações e cooperativas desempenharam papel relevante na formulação de políticas públicas, relacionamento com intervenientes, arranjos locais, e suporte técnico/gerencial.

Um exemplo foi a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), participaram como representantes titulares da sociedade civil a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Rede Ecovida de Agroecologia, a Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO), a Rede Cerrado, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) a Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio), entre outros (MAPA, 2013).

Que colaboraram para importantes conquistas, como a criação e destinação de recursos para linhas de crédito do PRONAF Verde, destinação de recursos para Ater e para o fortalecimento de Redes de Agroecologia, de Agroextrativismo e de Produção Orgânica, além da pesquisa e extensão tecnológica.

No âmbito da capacitação e pesquisa, diversos são os exemplos de coordenação destes agentes junto a universidades, governos locais, secretarias da agricultura, Ater, Embrapa e outros, no sentido de promover pesquisas, dias de campo, unidades demonstrativas e feiras tecnológicas, além de disponibilizarem, em alguns casos, técnicos contratados para prestar assistência aos associados/cooperados.

Já no âmbito da obtenção dos recursos públicos para o desenvolvimento da produção orgânica, também são encontrados diversos exemplos de coordenação destes agentes, como a obtenção em 2019 pela FAPE-DF de R\$2,5 milhões em emendas apresentadas pelo deputado distrital Roosevelt Vilela, que foram destinados às obras de instalação do Centro de Distribuição de Orgânicos da Ceasa, a modernização do Parque da Granja do Torto, à realização da AgroBrasília, do Congresso Internacional de Apicultura e duas edições do Eixão Agro (AGRO EM DIA, 2019).

Por fim, destaca-se a atuação das associações e cooperativas em arranjos informais, reivindicando junto ao governo local melhorias na infraestrutura rodoviária, buscando junto às empresas públicas de assistência técnica a elaboração de projetos de crédito rural, junto as instituições financeiras informações e divulgação das linhas de crédito rural para seus associados e articulações para melhorar o processo de concessão de crédito.



## 5 Lacunas de pesquisa

Através da pesquisa, além de verificar as principais discussões na temática de Cooperativismo/Associativismo e Crédito Rural também foi possível verificar as lacunas de pesquisa, ou seja, temas que poderiam ser mais pesquisados enriquecendo a temática de estudo. O Quadro 4 apresenta as principais lacunas de pesquisa identificadas.

Quadro 4 – Lacunas de pesquisa

Dimensões de Análise	Lacunas
“C” de Caráter	Estudo longitudinal também é relevante, de forma a compreender resistir se os tempos de crise ou de crescimento / estagnação têm implicações para o sucesso dos cooperadores, (Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: Empirical evidence about their impact on society FIGUEIREDO; FRANCO, 2018)
“C” de Capacidade	o papel do capital social individual (incluindo redes sociais) na função e desempenho das cooperativas agrícolas, (REED; HICKEY, 2016);
“C” de Capital	averiguar a imagem geral da população sobre o movimento cooperativista e cooperativas, (Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in Portugal FIGUEIREDO; FRANCO, 2018)
“C” de Condições	analisar e comparar os atributos organizacionais de organizações coletivas em diferentes setores irá lançar ainda mais, (FERNANDO <i>et al.</i> , 2021); enfocar as diferentes abordagens usadas na formulação e implementação de políticas para a agricultura familiar e na identificação de princípios bem-sucedidos que podem ser compartilhados em políticas em diferentes países, (GRAEUB <i>et al.</i> , 2016)
“C” de Colateral	Estudo combinando dados de empréstimos em nível de empresa com dados de empréstimos em nível de banco para investigar como os instrumentos de política monetária podem ter impactos diferenciais sobre bancos e empresas com várias características, (LIN; HE, 2020);

Elaborado pelos autores (2021).

## 6 Considerações Finais

Com o estudo foi possível realizar uma análise das contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito dos agricultores familiares orgânicos, o que possibilitou entender um pouco mais sobre como se dá esta análise sob a ótica das instituições financeiras, também, foi possível apresentar exemplos de ações destas associações/cooperativas, tanto influenciando políticas de crédito, quanto promovendo a disseminação técnica e de coordenação entre as instituições financeiras.

Os resultados mais relevantes encontrados foram que as associações e cooperativas podem desempenhar importante papel como promotoras de segurança para o processo de crédito, influenciando positivamente na análise dos pretensos tomadores, facilitando o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares orgânicos.

Também, pôde-se observar a atuação das associações/cooperativas junto ao poder público, auxiliando e reivindicando políticas públicas para acesso ao crédito, com importantes conquistas.



Nesta direção, foi possível ainda, identificar arranjos incentivados por estes agentes junto à políticos (para destinação de emendas parlamentares), governo local (melhoria de estradas), instituições financeiras (divulgação de linhas de crédito e articulações para melhorar o processo de crédito) e de assistência técnica (visitas técnicas, feiras tecnológicas e dias de campo).

Percebeu-se que há possibilidade de aprofundamento sobre o tema, uma proposta de estudos futuros seria a realização de estudo sobre a jornada do produtor rural na obtenção de crédito rural para projetos agroecológicos, também, sobre a análise das exigências documentais pelas instituições financeiras, bem como a análise dos aspectos que desestimulam os agricultores familiares orgânicos a procurar crédito rural junto as linhas de crédito do PRONAF Verde.

## Referências

AGRO EM DIA. **Presidente da FPA-DF anuncia cerca de R\$ 2,5 milhões em emendas para o agro.** [S. l.], 2019.

AGYEKUMHENE, Christopher *et al.* Digital platforms for smallholder credit access: The mediation of trust for cooperation in maize value chain financing. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, [s. l.], v. 86–87, n. June, p. 77–88, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.njas.2018.06.001>.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Tentativas De Inclusão Da Agricultura De Base Ecológica No Pronaf: Do Otimismo Das Linhas De Crédito Verde Ao Sonho Frustrado Do I Planapo. **Revista Grifos**, [s. l.], v. 30, n. 51, p. 163–189, 2020.

BELIK, Walter. Mudanças no padrão de intervenção do estado no Complexo Agro-industrial Brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], n. 18, p. 9–25, 1998.

BERNARDS, Nick. Geoforum Poverty finance and the durable contradictions of colonial capitalism : Placing ‘ financial inclusion ’ in the long run in Ghana. **Geoforum**, [s. l.], v. 123, n. December 2020, p. 89–98, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.04.029>.

BRASIL. **Lei 11.326**. [S. l.: s. n.], 2006.

BRASIL. **Lei 12.188**. [S. l.: s. n.], 2010.

BRASIL. **Lei 4829**. [S. l.: s. n.], 1965.

CAMPANHOLA, Clayton;; VALARINI, Pedro José. a Agricultura Orgânica E Seu Potencial Para O Pequeno Agricultor. **Cadernos de Ciencia e Tecnologia**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 69–101, 2001.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007.

CR, Manual D E *et al.* Departamento de Regulação , Supervisão e Controle das Claudio Filgueiras Pacheco Moreira Chefe do Derop. [s. l.], p. 1–293, 2018.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/322>.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio E Agricultura Familiar No Brasil: Desafios Para a Transformação Democrática Do Meio Rural. **Novos Cadernos NAEA**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 85–129, 2012.

DIAB, Ahmed A. The appearance of community logics in management accounting and control: Evidence from an Egyptian sugar beet village. **Critical Perspectives on Accounting**, [s. l.], n. xxxx, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.04.005>.





- FERNANDO, Sanjaya *et al.* Organisational attributes of cooperatives and farmer companies. **Journal of Co-operative Organization and Management**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 100132, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2021.100132>.
- FERREIRA, Marco Aurélio Marques *et al.* Previsão De Risco De Crédito Para Definição Do Perfil De Clientes De Um Banco De Varejo. **Revista de Negócios**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 47, 2011.
- FIGUEIREDO, Vítor; FRANCO, Mário. Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in Portugal. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 191, p. 15–25, 2018.
- FIGUEIREDO, Vítor; FRANCO, Mário. Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: Empirical evidence about their impact on society. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 79, n. January, p. 812–821, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.09.022>.
- FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidade estrutural na Produção agroPecuária: uma comparação da Produtividade total dos fatores no Brasil e nos estados unidos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s. l.], n. 9, p. 1689–1699, 2013.
- GAO, Yang *et al.* Resource basis, ecosystem and growth of grain family farm in China: Based on rough set theory and hierarchical linear model. **Agricultural Systems**, [s. l.], v. 154, n. November 2016, p. 157–167, 2017.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do pronaf crédito de custeio e investimento no rio grande do sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 45–68, 2013.
- GRAEUB, Benjamin E. *et al.* The State of Family Farms in the World. **World Development**, [s. l.], v. 87, p. 1–15, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. [S. l.: s. n.], 2017.
- KANYENJI, George Magambo *et al.* Prospects and constraints in smallholder farmers’ adoption of multiple soil carbon enhancing practices in Western Kenya. **Heliyon**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. e03226, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e03226>.
- KLERING, L; PORSSSE, M; GUADAGNIN, L. Novos caminhos da administra o pública brasileira. **Análise**, [s. l.], p. 4–17, 2010.
- LIN, Chaoying; HE, Lerong. Targeted monetary policy and agriculture business loans. **North American Journal of Economics and Finance**, [s. l.], v. 54, n. July, p. 101290, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.najef.2020.101290>.
- MAKATE, Clifton *et al.* Synergistic impacts of agricultural credit and extension on adoption of climate-smart agricultural technologies in southern Africa. **Environmental Development**, [s. l.], v. 32, n. April, p. 100458, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2019.100458>.
- MAPA. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Organica. [s. l.], 2013.
- MAPA. Plano Safra 2020-2021 – Quadro Resumo ( Tabela Grupos e Linhas PRONAF ). [s. l.], 2021.
- MEDINA, Gabriel. Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico. [s. l.], n. January, p. 354, 2012.
- MUNDIAL, Banco. **Relatório sobre desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento**. [S. l.: s. n.], 2008.
- PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, [s. l.], v. 105, n. 3, p. 2109–2135, 2015.



- REED, Graeme; HICKEY, Gordon M. Contrasting innovation networks in smallholder agricultural producer cooperatives: Insights from the Niayes Region of Senegal. **Journal of Co-operative Organization and Management**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 97–107, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcom.2016.09.001>.
- SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, P A C. O Financiamento da transição agroecológica no Brasil: será que estamos no caminho certo?. [s. l.], v. 13, 2018.
- SCHMIDT, Stephan; MAGIGI, Wakuru; GODFREY, Boniphace. The organization of urban agriculture: Farmer associations and urbanization in Tanzania. **Cities**, [s. l.], v. 42, n. PB, p. 153–159, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2014.05.013>.
- SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, [s. l.], n. October, p. 93–140, 2016.
- SCHUT, Marc *et al.* Sustainable intensification of agricultural systems in the Central African Highlands: The need for institutional innovation. **Agricultural Systems**, [s. l.], v. 145, p. 165–176, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.agry.2016.03.005>.
- SILVEIRA, Paulo Roberto C. *et al.* a Diversidade Do Associativismo Na Região Do Corede-Centro/Rs1 E Sua Importância Para O Desenvolvimento Regional. **Journal of Chemical Information and Modeling**, [s. l.], v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 1999.
- SOUZA, Amanda Borges de; FORNAZIER, Armando; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 23, p. 2020, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180248r2vu2020L5AO>.
- THAPA MAGAR, Dinesh Babu *et al.* Pathways for building resilience to COVID-19 pandemic and revitalizing the Nepalese agriculture sector. **Agricultural Systems**, [s. l.], v. 187, n. December 2020, p. 103022, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.agry.2020.103022>.
- WANDERLEY, Maria. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processo sociais agrários.**, [s. l.], p. 18, 1996.
- WENNER, Mark *et al.* Managing credit risk in rural financial institutions in Latin America. Banco Interamericano de Desarrollo. **Sustainable Development**, [s. l.], p. 30, 2007.
- WILKINSON, John. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia**, [s. l.], v. 39, n. SUPPL. 1, p. 26–34, 2010.
- ZHANG, Chuan hong; BENJAMIN, Wandella Amos; WANG, Miao. The contribution of cooperative irrigation scheme to poverty reduction in Tanzania. **Journal of Integrative Agriculture**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 953–963, 2021. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119\(21\)63634-1](http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119(21)63634-1).
- ZHANG, Yan yuan; JU, Guang wei; ZHAN, Jin tao. Farmers using insurance and cooperatives to manage agricultural risks: A case study of the swine industry in China. **Journal of Integrative Agriculture**, [s. l.], v. 18, n. 12, p. 2910–2918, 2019. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119\(19\)62823-6](http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119(19)62823-6).